

SESSÕES DO PLENÁRIO

96ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 10 de outubro de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bobô, Bruno Reis, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto e Zó.(55)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Hildécio Meireles comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 26, 27, 28, 29/09/2016 e 03/10/2016.

Do Deputado Paulo Câmera comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 12, 13, 19, 20 e 21/09/2016.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente (**Oradores inscritos**). Com a palavra o deputado Eduardo Salles.

O Sr. EDUARDO SALLES:- Prezado presidente, prezados colegas deputados, venho hoje a esta tribuna conversar um pouco com vocês sobre um fato inusitado que aconteceu na semana passada, quando o Supremo Tribunal Federal julgou uma lei do Ceará que regulamentava as vaquejadas naquele Estado. Pois bem, por 6 votos a 5 o STF considerou inconstitucional essa lei cearense.

E aí venho participar a todos os presentes e a todos os ouvintes da *TV da Assembleia* que isso não é regra para o Estado da Bahia. Há algumas pessoas dizendo aí, em alto e bom som, que a vaquejada foi proibida no Brasil, mas isso não é verdade. O que foi considerado inconstitucional foi essa lei do Ceará, que é muito simples, que não tem nenhuma especificidade. Na verdade, ela coloca alguns itens de forma muito grosseira.

Já nós aqui na Bahia aprovamos uma lei, de minha autoria, que regulamenta a atividade desportiva e cultural das vaquejadas e cavalgadas no nosso Estado. Essa, sim, é uma lei que detalha claramente a questão do bem-estar animal, impedindo maus-tratos. Ela também minimiza os acidentes, aumenta a caixa de areia, e define um fundo de 2% do prêmio da vaquejada para as entidades de defesa animal.

Enfim, é uma lei elaborada não pelo deputado Eduardo Salles, mas pelas instituições, pelas entidades ligadas à questão da vaquejada – que é uma atividade cultural e esportiva do Nordeste brasileiro –, que durante 3 meses discutiram esse tema, inclusive, com parlamentares desta Casa, como os deputados Gika, Zó e vários outros que estiveram juntos nessa discussão para que finalizássemos e aprovássemos essa lei, que em seguida foi sancionada pelo governador Rui Costa, em novembro do ano passado.

Então, aqui na Bahia tem uma lei, sim, que protege os animais, sim, dos maus-tratos, que trabalha pelo bem-estar animal. Então é totalmente diferenciada da do Ceará, que foi considerada inconstitucional pelo STF. Já a Bahia, para ser considerada inconstitucional, terá que tramitar através do Ministério Público, da PGR, para depois ser colocada no Plenário do Supremo Tribunal Federal, para então haver uma nova votação.

Nessa votação do Supremo Tribunal foi constatado que essa lei do Ceará em nada melhorava o bem-estar animal. Então é diferente da nossa lei daqui Bahia, que está pronta e já foi sancionada.

As pessoas ficaram estupefatas com o que aconteceu em relação à vaquejada, numa atitude preconceituosa e discriminatória contra o Nordeste, porque essa atividade gera 720 mil empregos, entre diretos e indiretos, e movimenta a economia das cidades do interior nordestino. Temos a criação de cavalos quarto de milha desde o nascimento, o tratador, o treinador, passando por veterinários, por locutores e até pelo pipoqueiro.

Enfim, pessoas que se sustentaram durante toda a vida, que criaram seus filhos com o rendimento das vaquejadas, uma atividade cultural secular citada em diversos

livros. Até porque quando você faz apartação do gado na caatinga, no sertão, quem conhece sabe que é exatamente o que acontece nas vaquejadas hoje no nosso País.

É uma atividade esportiva e cultural. E aí pergunto: esse questionamento acerca da vaquejada é por ser uma atividade do Nordeste? E aí afirmo ser preconceituoso, porque a atividade de jogar polo é aquela atividade em que os jogadores, com seus tacos, têm 6 cavalos para jogar, porque os cavalos não aguentam a partida até o final. Vários cavalos morrem de infarto. E isso não é uma questão a ser colocada? A questão dos rodeios no sul, em Barretos e em diversos outros locais tem o seu lugar. Quando falamos das corridas, para as quais todos vão de terno e gravata, no Rio de Janeiro, corridas em que o animal é chicoteado por 2.100 metros; das provas de laço no sul do País: “aí não”. Mas no Nordeste isso é penalizado. Nós não vamos aceitar e amanhã faremos uma manifestação em todo o Brasil e mais especificamente em Feira de Santana. Estaremos em Feira de Santana mostrando o nosso desagrado e mostrando o que é a família da vaquejada no Estado da Bahia.

Venho aqui pedir a vocês e convidar a todos para uma manifestação pacífica, sem animais; mas com carros, com pessoas que são a família da vaquejada no Estado da Bahia. Essa família vai estar junta, unida, contra uma atitude discriminatória e preconceituosa, como essa, contra a vaquejada no Estado da Bahia e no Brasil.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o nobre deputado Alex Lima.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários da Assembleia, telespectadores que nos veem pelo Canal Assembleia. Sr. Presidente, venho a esta tribuna para tratar desse tema sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal que, por 6 votos a 5, derrubou a lei do Estado do Ceará que regulamentava a vaquejada, deixando ameaçada a atividade que mais gera emprego no Nordeste. Por isso estou aqui ressaltando que, antes de se discutir sobre a vaquejada, faz-se necessário entender a cultura do Nordeste e como ele foi civilizado. Nós, nordestinos fazemos parte da civilização do couro, e fomos colonizados com as 4 patas dos animais. Digo isso, Sr. Presidente, porque só quem conhece a realidade do povo nordestino sabe o que representa a vaquejada como cultura, como esporte, como geração de emprego e renda. E, sobretudo, Sr. Presidente, é quando todas as nossas tradições são afloradas e demonstradas a cada final de semana no esporte que foi oriundo das pegadas de boi no mato. Nós nordestinos, por termos a vegetação da caatinga, sabemos que muitas vezes esses animais adentravam nas matas e morriam, sendo a figura do bravo, do guerreiro, o nosso vaqueiro, que, por muitas vezes, para dar venção a essas dificuldades da nossa vegetação, precisavam derrubar o gado para retirá-lo da vegetação espinhosa da nossa caatinga.

Evidente, Sr. Presidente, nós não vamos comungar com nenhum tipo de mau-trato aos animais. Nós vamos, como toda espécie humana, buscar evoluir, e a vaquejada já é o próprio exemplo da evolução. Hoje em dia, já temos uma série de regras, por exemplo, o vaqueiro não pode bater no boi sob pena de desclassificação. A

grande crítica da vaquejada que era a quebra da cauda do boi ao derrubá-lo, hoje foi feito uma espécie de tala para a proteção dos rabos dos animais. Ou seja, precisamos, Sr. Presidente, discutir alternativas para aquilo que ainda prejudica os animais na vaquejada, mas não podemos cometer esse crime com o Nordeste brasileiro. O Nordeste que já perde, que já enfrenta tantas dificuldades; o Nordeste de um povo sofrido, de um povo trabalhador, de um povo que se realiza nas festas de vaquejada, nas festas de apartação, e nós não podemos, presidente, deixar que se cometa esse crime com a cultura nordestina.

Nós precisamos estar ao lado dos vaqueiros nordestinos; nós precisamos levantar a voz em defesa das nossas tradições. Nós não podemos permitir que algo tão simbólico para a cultura nordestina seja proibido por uma decisão unilateral, por uma decisão equivocada que olha e enxerga somente por um lado, por um viés; e não podemos correr o risco de que o povo nordestino sofra mais essa derrota como tantas outras que o povo do Nordeste tem sofrido ao longo dos anos.

É por isso, presidente, que concluo pedindo que esta Casa esteja ao lado das nossas melhores tradições, que esteja ao lado do povo nordestino, do vaqueiro e das pessoas que vivem da vaquejada. Enfim, Sr. Presidente, estaremos ao lado do povo do Nordeste, esse povo sofrido, mas trabalhador.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.K, nobre deputado Alex Lima.

Com a palavra agora – que bom vê-la, revê-la depois das eleições municipais – a nobre deputada Luiza Maia, pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, soube, inclusive, que o senhor andou na semana passada me procurando, querendo saber onde eu estava, eu vou dizer aqui para o senhor, dentro da minha opinião sobre o resultado eleitoral de Camaçari, acho que eleição é assim: ou você perde ou ganha; só existem essas duas alternativas. Nós perdemos, mas tive que ficar, presidente, no meu município, atendendo, inclusive, aos nossos eleitores e à população de modo geral, porque nunca vi uma coisa tão esquisita, deputada Fátima, como foi o resultado eleitoral de Camaçari, não pelo resultado da derrota. Quando você ganha a eleição, você vai comemorar, não é isso? Lá em Camaçari aconteceu o contrário, soltaram um monte de bandidos na cidade, quebrando carros, invadindo casas, tocando fogo, jogando caixão de defunto com as estrelas do PT dentro das casas das pessoas, inclusive na nossa, uma verdadeira baderna, um verdadeiro absurdo, que eu nunca vi uma coisa daquela.

Então tivemos que ficar durante a semana indo para a delegacia dar queixa e protegendo as pessoas nossas, paredões e mais paredões nas portas das pessoas, principalmente dos nossos líderes, do presidente da câmara, dos candidatos a vereador que foram derrotados, numa verdadeira demonstração de que aquela gestão em Camaçari, coisa que a gente já previa, porque a gente sabe que uma pessoa que ganha uma eleição e que tem as suas ligações com o tráfico de drogas, com o jogo do bicho,

com a contravenção, teria que acontecer realmente aquilo. Mas acho que eles passaram dos limites e nós precisávamos frear aquilo.

Graças a Deus, fizeram ontem na Orla, mas como a Orla é mais dispersa, é uma área bem maior, não atingiu diretamente as pessoas como eles fizeram durante uma semana em Camaçari. Em vez de comemorar a vitória deles, eles estavam partindo para as agressões, agressões físicas, quebrando carros, batendo nas portas, só faltaram derrubar a porta de lá de casa na sede, o nosso vigilante, inclusive, ficou assustado, tivemos que ligar para a polícia para poder afugentar aquele bando de baderneiros, de bandidos que estão soltos em Camaçari desde o dia que o bicheiro ganhou as eleições.

Então, tenho a lamentar. Acho que a gente precisa respeitar o resultado das urnas, eu nunca desrespeitei, questiono a diferença porque, como o Hélder e aquela galera lá, sempre tiveram uma grande experiência de fraudar, Camaçari já esteve nas páginas dos jornais da nossa cidade, do nosso Estado, ou melhor, do nosso País como a cidade onde a fraude eleitoral era feita de uma forma muito eficiente, então, acho que estamos fazendo uma investigação lá para ver o que realmente aconteceu.

Respeitar o resultado das urnas é natural. Perder é natural. Não tenho o cretinismo parlamentar na minha história de luta política. Acho que nem tudo “rola” em torno do Parlamento, e é assim mesmo: perde-se e ganha-se. Acho que quem perdeu foi o povo de Camaçari, porque realmente é uma pessoa muito comprometida com tudo quanto é coisa errada, além do ex-prefeito Hélder, que tudo mundo conhece a sua história, e que não tem nada a desejar. Hoje, Ademar disputa com ele para saber quem foi o pior prefeito daquela cidade.

Sei que o tempo é curto, Sr. Presidente, mas eu queria deixar registrada aqui a minha opinião sobre essa questão da vaquejada. Ainda não tive tempo de ler a decisão do Tribunal Superior, mas acho que é preciso rever. Tenho a opinião de que poderíamos transformar aquela agressão ao animal numa brincadeira, como se fazia antigamente com as argolinhas, sei lá... Mas que maltrata o animal, maltrata. O deputado Eduardo Salles que me perdoe – ouvi a sua fala aqui –, acho que é uma tradição mas é uma tradição ruim. Fomos educados, criados na nossa cidade, no nosso País cantando “atirou o pau no gato” como se fosse uma música para as crianças. Então, maltratar o animal é uma coisa muito ruim para a nossa sociedade, porque quem maltrata o animal maltrata o ser humano também.

Acho que essa questão da vaquejada precisa ser revista, porque se pode muito bem reunir pessoas que gostam daquele esporte mas sem agressão, sem a história de arrancar o rabo do animal, de maltratar, porque por mais cuidado que se tenha sabemos que a coisa não é bem assim.

Não tenho mais tempo, Sr. Presidente, mas, durante a sessão, quero ainda falar sobre essa questão nacional e da nossa lei, a Lei da Paternidade Responsável, que virou capa do jornal *A Tarde*, de ontem, e nos deixa muito orgulhosos, porque realmente é uma dificuldade para as crianças que nascem e são registradas sem o nome do pai.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Ok, nobre deputada Luiza Costa Maia. Com a palavra, o nobre deputado Alan Eduardo Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES:- Deputado Carlos Geilson, que preside muito bem esta sessão de hoje, colegas, deputados e deputadas, demais cidadãos, que estão nos acompanhando. Primeiro, já neste retorno, gostaria de agradecer sempre à população de Salvador pela votação realmente muito boa, muito satisfatória, superando todas as nossas expectativas, dada ao vereador Duda Sanches, que foi o primeiro vereador mais votado no Estado da Bahia, do Democrata, e também o quinto vereador mais votado de Salvador com quase 15 mil votos. Realmente, é com muita satisfação que vemos a recompensa de um trabalho realizado por mim, por Duda, por toda a equipe que vem nos acompanhando, e os amigos, também, que acreditaram nesse nosso projeto.

Eu queria chamar a atenção... Estava conversando ali fora com o meu Líder Sandro Régis, chamando a atenção – já falei também com José de Arimatéia, no ano passado – sobre o HGE, a forma de contratação do Hospital Geral do Estado, o HGE2. Diante de tanta especulação, se o governo do Estado terá recurso para fazer o pagamento do 13º salário, se vai estar com tranquilidade nas suas economias. O que me chama a atenção e que...

Inclusive, enquanto presidente da Comissão de Saúde, no ano passado, fiz um ofício, que até hoje não foi respondido, e agora vou a fundo nisso, para saber qual a quantidade de funcionários contratados pelo HGE2, quais são os funcionários e como foi feita a seleção desses funcionários, se foi um “trem da alegria”. Porque, aqui nesta Casa, ninguém soube absolutamente nada sobre a forma de contratação, e eu já tinha inclusive questionado aqui desta tribuna como seria. Justamente na boca da eleição, na semana da eleição, depois de 2 anos de atraso, o HGE2 é entregue! E será que está entregue? Será que está funcionando? Ou foi apenas para fazer um fato eleitoral?

Então, estou convocando, junto a esta reunião com a liderança da Oposição, o deputado Sandro Régis, para que possamos realmente nos debruçar, já que não tive, enquanto presidente da Comissão de Saúde, absolutamente nenhuma resposta do secretário da Saúde nem do governo do Estado, sobre qual a forma de contratação. Hoje, acho que nenhum dos deputados e deputadas tem conhecimento de como foram feitas essa seleção e a contratação desses funcionários. O HGE 2, para que V.Ex^{as} tenham conhecimento, tem praticamente o mesmo tamanho para comportar a quantidade de funcionários do HGE 1. Então, é necessário que esta Casa saiba de que forma vão ser feitos o pagamento desses funcionários e a seleção: como foi feita a seleção de tantos funcionários, tantos servidores agora no Estado, mesmo que sejam terceirizados?

Uma outra coisa que me chama atenção, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, é justamente isso: Vitória da Conquista está agora em segundo turno e vejam para onde o governo do Estado leva o Saúde Sem Fronteiras! Justamente para Vitória da Conquista. Mas não tem jeito. Lá, o Partido dos Trabalhadores será derrotado

também. Não adianta fazer esse movimento de querer levar o Saúde Sem Fronteiras na boca da eleição, porque eles serão derrotados.

E o que chamo atenção novamente – depois de um ano agora que chegamos no Outubro Rosa – é que parece que quando se fala da prevenção do câncer de mama a preocupação é apenas com a realização da mamografia. Ainda não há um esclarecimento onde essas senhoras que realizarem suas mamografias e que por acaso tiverem alguma suspeita de uma neoplasia ou cisto poderão fazer o seu acompanhamento, a ultrassonografia guiada por agulha fina e onde poderão dar o prosseguimento. Não se diz, não se esclarece. Coloca-se na mídia informando que essas pessoas terão acompanhamento completo. Como? Onde? De que forma?

Então, precisa-se trazer esse esclarecimento, porque a população não tem esse conhecimento. As pessoas não sabem onde podem realizar o seu acompanhamento caso possam ter algum tipo de suspeita de uma neoplasia ou de um cisto de mama.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, amigos e amigas do canal *TV Assembleia*, senhores das Galerias Paulo Jackson, imprensa. Deputada Luiza Maia, aceite que dói menos. Já aceitou o seu resultado?

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, eu, como filho de vaqueiro, não poderia ficar fora dessa discussão e emitir a minha opinião a respeito da questão das vaquejadas.

(Lê) “Há alguns anos que a figura do vaqueiro começou, sem exagero, a entrar em extinção. Estou falando do vaqueiro completo, original, com aquela bela indumentária de couro, com o dom de ser um bom aboiador, com o traquejo para conduzir enormes boiadas por quilômetros e quilômetros, assim como fizera o meu pai.

Na última década, temos visto inclusive muita gente da zona rural trocando a velha e boa montaria do cavalo por uma moto. Nada contra que tenham um transporte melhor, mais rápido e mais moderno. Mas cito essa mudança para exemplificar o quanto da nossa cultura vai se esvaindo. Durante esse tempo, lemos até muitas matérias na imprensa a respeito dessa troca: o cavalo pela moto.

Felizmente, alguns eventos pelo interior do Brasil ainda mantêm viva a figura do vaqueiro, esse homem forte, bravo, destemido, que tanto honra, que tanto orgulho dá à nossa cultura, notadamente à cultura sertaneja, à cultura nordestina. Não fossem esses eventos, muitas crianças e adolescentes só conheceriam o vaqueiro em antigas fotografias.

Um desses eventos, é claro, é a vaquejada. Um esporte que tem suas raízes na prática originada da labuta diária do vaqueiro, da sua lida dura, corajosa, mas também de muita destreza, de muita habilidade. No século 18, quando as grandes fazendas, no Norte, ainda não tinham cercas, os coronéis soltavam o gado marcado mato afora para

se alimentar. Passado algum tempo, lá iam os vaqueiros, embrenhando-se no desconhecido, recolhendo os animais e suas crias selvagens que, ainda, não haviam tido contato com o ser humano. O vaqueiro, portanto, tinha um trabalho árduo, cansativo e perigoso.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, o primeiro registro oficial de uma vaquejada aconteceu em 1874, feito pelo escritor José de Alencar no Ceará. São, pelo menos, 150 anos de existência de um evento que valoriza a tradição, a cultura e, ao longo desses anos, tornou-se um grande negócio no ramo do entretenimento, com geração de trabalho e renda para muita gente.

Cada vez mais, o mundo do entretenimento no Brasil é invadido por estrangeirismos. Cada vez mais, nossas tradições e cultura são colocadas de lado, menosprezadas. A vaquejada não! Ela resiste, cresce, se agiganta, se fortalece com o nosso bravo vaqueiro. Não vamos, jamais, deixar a vaquejada morrer, porque o nosso vaqueiro é uma figura imortal na vida do nosso Brasil, principalmente do nosso Norte e Nordeste.”

Acabar com a vaquejada é acabar com a oportunidade de emprego para milhares e milhares de nordestinos. Pessoas que vivem, convivem, respiram este esporte.

Se há alguma coisa que maltrate o animal, vamos adequar, vamos adaptar. Respeitamos aqueles que defendem o fim da vaquejada. Mas vamos lutar pela manutenção desta prática. A vaquejada não pode morrer e não morrerá. Ela viverá, se for o caso, de forma clandestina, mas jamais vai deixar de existir. E nós não queremos que seja uma prática clandestina. Queremos sim que ela continue cada vez mais forte, pujante e que envolva, ainda mais, a sociedade nordestina, porque, aqui no Brasil, a vaquejada é forte, especialmente, no Nordeste.

Amanhã, teremos manifestação em Feira de Santana na defesa da vaquejada, na defesa do vaqueiro, na defesa deste esporte.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra o deputado Marcell Moraes.

O Sr. MARCELL MORAES:- Senhoras e senhores, colegas deputados, boa-tarde.

Deputada Luiza Maia, venho aqui nesta tarde comemorar a vitória dos animais, pois esta é uma luta histórica onde a maior corte deste País decidiu por, seis votos contra cinco, extinguir esta crueldade.

Quem está falando aqui é este deputado, apesar das nossas lutas constantes contra este esporte arcaico e medieval que maltrata o animal.

Mas, agora, recebemos o parecer do STF que diz que tal prática fere a nossa Constituição.

Muitos deputados subiram a esta tribuna questionando se a vaquejada está ou não proibida na Bahia. Informo, senhores, que a vaquejada não está proibida na Bahia nem no Ceará, mas é crime praticar a vaquejada, porque fere a nossa Constituição. Logo, não precisa de uma lei do Congresso Nacional – da Câmara dos Deputados e do Senado Federal – para proibir o que fere a Constituição.

Ou seja, assim como matar não é proibido, mas se você praticar, isso é crime. Quanto à vaquejada, se você a praticar, é crime, porque fere a Constituição.

Quem está falando é a pessoa que traz a informação do STF que julgou tal assunto na última quinta-feira e colocou, no parecer, que fere a nossa Constituição.

Vejam bem, são anos e anos de luta e anos e anos de história para defender os animais. E, agora, até que enfim, o animal passa a ser respeitado. Chega de escravidão animal. Todo pronunciamento que os deputados possam fazer nesta tarde de hoje nada adianta, o que vale é que a maior Corte deste País ter decidido que praticar vaquejada é considerado maus-tratos e fere o art. 225 da nossa Constituição.

Então, senhoras e senhores, como diz o ditado popular, “o choro é livre”, e os animais estão salvos. Agora não adianta mais, agora é respeitar. Quem estiver praticando vaquejada ilegalmente vai para a cadeia. Vamos agora mobilizar e provocar o Ministério Público do nosso Estado para ir ao interior fiscalizar essa que é uma das maiores crueldades dos esportes.

Não adianta fazer mobilização pelas redes sociais, já está decidido. O STF já julgou e agora tem que respeitar a nossa Constituição. O povo brasileiro tem o dever de respeitar a Constituição. Então não precisa lei municipal ou lei estadual, muito menos lei federal, agora é respeitar a Constituição. Não está proibido, mas a prática é crime, essa é uma vitória esmagadora dos defensores dos animais.

Muitas pessoas estão questionando: E agora, deputado? E a nossa renda? A vaquejada gera renda, gera empregos. É preciso que o prefeito daquela cidade onde havia vaquejada se esforce um pouquinho para gerar renda e emprego, e não usar o sofrimento dos animais para gerar dinheiro. Eu não vou me alongar muito, mas quero dizer que estou muito feliz, não vou colocar, deputado Adolfo, nenhum argumento. Se o STF decidiu, está decidido, tudo que eu falar agora não vai adiantar. Estou muito feliz com essa vitória e quero saudar também a minha irmã Marcelle Moraes, a vereadora mais votada do Norte-Nordeste, com 16 mil votos. Isso foi uma resposta nas urnas do nosso trabalho em prol dos animais, uma vitória muito importante dos defensores dos animais. Uma menina de 22 anos é a vereadora mais votada do Norte-Nordeste, uma mulher, foram 16 mil votos aqui na capital. Essa é a resposta de que estamos no caminho certo, que a sociedade já entende que a defesa dos animais é importante, é uma resposta para acabar com essa tal vaquejada, que já acabou. É a resposta dos animais.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero, na tarde de hoje, saudar a todos os ambientalistas, a todos os protetores dos animais, a toda a sociedade que tanto lutou para desmoralizar esse que, entre aspas, foi considerado um esporte. Então estou feliz, o choro é livre, e agora é o STF que vai julgar. Não adianta mais o deputado Marcell, o deputado Adolfo ficar discutindo, porque agora, deputado, é o STF. Se a Corte

maior julgou, quem somos nós, deputado Adolfo Viana para ficar aqui falando de vaquejada? É provocar o STF, V. Ex^a pode enviar ofício para o STF, mas aqui na tribuna, deputado Adolfo, eu que tenho um carinho e um apreço por V.Ex^a, sei que a vitória foi dos animais. Como diz o ditado popular, o choro é livre.

Viva os animais, saudações ecológicas. Acabou a crueldade com os animais! Parabéns à Corte, o SFT, por julgar ilegal essa prática da vaquejada.

Saudações ecológicas!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto por 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, imprensa, servidores, visitantes, primeiro quero falar dessa questão da vaquejada, que hoje tem sido o tema aqui, e há os que defendem a manutenção dela e outros defendem o fim, de acordo com a decisão do STF, e eu entendo que é uma discussão secundarizada. Na minha opinião, há um apelo histórico e cultural dos vaqueiros, porque é uma atividade para eles importante, e sempre o foi, especialmente no Nordeste brasileiro. Mas a discussão, ela deve se dar em torno, não da vaquejada ou contra a vaquejada, mas da preservação dos animais. Realmente é doloroso ver os animais sendo arrastados em alguns locais de uma forma extremamente cruel, e é necessário que se crie mecanismos que evitem esse tipo de atitudes.

Então, longe de discutir aqui a atividade do vaqueiro... Porque a atividade do vaqueiro não é a vaquejada, a atividade do vaqueiro é uma outra ação, é cuidar do gado, é levá-lo para os locais onde ele possa se alimentar, onde ele possa beber água, onde ele possa, em alguns locais, ordenhar, ou seja, esse é o papel do vaqueiro.

Todo vaqueiro nunca foi de derrubar animais. Criou-se uma cultura, e hoje, e essa coisa nós precisamos discutir, deputado Adolfo Viana, criou-se um fórum, um local de vaquejadas, onde pouco tem importância o vaqueiro e pouco têm importância os animais, e muito mais o negócio que está por detrás: a venda dessas atividades. E é isso que nós precisamos: discutir, regulamentar, como nós debatemos aqui, criarmos um processo de regulamentação dessas atividades.

Mas hoje eu me inscrevi para dizer, e falei nesse instante com o deputado Sandro Régis, falei com os demais deputados, tenho conversado com cada um deles aqui: nós precisamos discutir, sem tirar a legitimidade, a legalidade dos policiais militares em disputar o processo eleitoral e participar como eleitor, conforme a Constituição prevê.

Mas o que eu presenciei nessas eleições foram diversos grupos de policiais militares a serviço de um ou de outro lado na disputa eleitoral. Isso nós não podemos permitir. Por diversas vezes, levei ao conhecimento do coronel Anselmo, que é o comandante-geral da Polícia Militar, esse tipo de posicionamento, da mesma maneira com o delegado-chefe, Dr. Bernardino, porque nós temos que garantir: todos aqueles que querem fazer a disputa eleitoral, eles têm o direito de se filiar ao partido e de

fazer a disputa, inclusive os policiais militares, numa condição diferenciada, com o tempo mais curto para que possam, obviamente, criar a sua filiação e fazer a disputa. Quem não fez isso deve atuar como agente da segurança pública, sem um lado ou sem outro.

Mas não foi isso o que nós presenciamos em diversas cidades do interior da Bahia, o que requer que o governador Rui Costa, como o comandante da Polícia Militar, obviamente, tome as devidas providências para que evite que isso venha a acontecer nas eleições futuras.

Eu presenciei, inclusive, denúncias de policiais armados entrando de casa em casa, alguns deles foram presos e respondem a processos internos na Polícia Militar.

Eu acho que a nossa política não merece atitudes como essa, independentemente de quem esteja a serviço, sejam aliados ao governo, sejam contrários ao governo. Nós precisamos ter a Polícia Militar de forma a garantir a segurança e não interferir, não sendo candidato no processo eleitoral.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado, nobre deputado, pela palavra, pelo pronunciamento. Com a palavra o deputado José Coriolano de Paiva, José de Arimatéia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, quero também, Sr. Presidente, parabenizar a decisão da ministra em proibir, realmente, essa questão da vaquejada.

O que nós temos que separar é que os vaqueiros, que é uma profissão importante – principalmente no Nordeste –, o trabalho deles não se refere só à vaquejada, mas também ao dia a dia, o tratar bem os animais.

Essa medida chegou na hora certa.

Nesta semana, Sr. Presidente, participei da Semana de Conscientização e Proteção dos Direitos dos Animais, que já é lei. Fizemos uma mobilização nas cidades de Salvador, Feira de Santana, Itaberaba, Ilhéus e Itabuna. Essa lei, de minha autoria, foi aprovada por esta Casa e sancionada pelo governador do Estado.

A primeira semana de conscientização aconteceu de 2 a 8 de outubro. E mesmo sendo um período pós eleições tivemos um resultado positivo. Graças a essa mobilização recebemos essa notícia importante da ministra, proibindo e determinando que a vaquejada é crime.

Esse projeto, deputado Carlos Geilson, é apenas de conscientização e de proteção aos direitos dos animais, que tem o objetivo de reforçar o conhecimento, incentivar e resguardar o cumprimento dos direitos desses seres vivos.

A Declaração Universal dos Direitos dos Animais, elaborada na Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, em 1972, diz:

“Art. 1º - Todos os animais nascem iguais perante a vida e têm os mesmos direitos à existência.

Art. 2º - 1. Todo o animal tem o direito a ser respeitado.

2. O homem, como espécie animal, não pode exterminar os outros animais ou explorá-los violando esse direito; tem o dever de pôr os seus conhecimentos ao serviço dos animais.

3. Todo o animal tem o direito à atenção, aos cuidados e à proteção do homem.”

Essa decisão de proibir da ministra do STF atende à Declaração Universal dos Direitos dos Animais. Os animais, relativamente ao homem, a única coisa que não fazem é falar. Eles sentem as dores que o homem sente. Eles são sensíveis como o homem. Eles têm os seus direitos também. Eles não falam, então, é necessário ter alguém que fale por eles.

Essa determinação da ministra não desmerecerá o trabalho dos vaqueiros. Agora, o esporte da vaquejada já se tornou uma manifestação elitizada e carrega recursos bilionários para alguns segmentos diferenciados. Inclusive, os próprios vaqueiros não ficam nem com 1% do que é gerado nesse tipo de esporte.

E os animais pagam um preço muito alto. Por quê? Porque são maltratados, são sacrificados. Realmente, são indefesos.

Então, está de parabéns a ministra. Apoio totalmente a medida tomada pelo Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Consulto os Líderes, deputados Rosemberg Pinto e Sandro Régis, sobre se posso prorrogar o Pequeno Expediente por mais 10 minutos, que se encerra agora. Há dois oradores inscritos: deputado Zó e deputado Adolfo Viana. Se V.Ex^{as} concordarem, estenderei o Pequeno Expediente por mais 10 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- V.Ex^a, que é o presidente desta sessão, tem toda a legitimidade e autonomia, de deferir ou não o pedido do deputado. Eu não contraponho. Mas a palavra está com V.Ex^a e o que V.Ex^a decidir acatarei como seu liderado.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado, Excelência.

Com a palavra o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Depois da sua interferência em Feira de Santana, quem sou eu aqui para ser contrário a essa posição. Sem nenhum problema. Vamos prorrogar.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Então está prorrogado o Pequeno Expediente por mais 10 minutos para que possamos ouvir os deputados Zó e Adolfo

Viana. Após permuta, inicialmente, falará o deputado Adolfo Viana e, depois, o deputado Zó, ambos pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, subo a esta tribuna para fazer um contraponto.

O deputado Marcell Moraes subiu a esta tribuna e não verbalizou a verdade. Ele disse daqui que o Supremo Tribunal Federal, STF teria proibido a vaquejada e isso não é verdade. O STF julgou uma ação do Ceará.

Então eu queria tranquilizar toda a vaqueirama do Nordeste de que aquilo que foi dito desta tribuna não é verdade.

E gostaria de ir além, Sr. Presidente. Se existe alguém que, realmente, ama e defende os animais, V.Ex^{as} tenham a certeza que são os vaqueiros. Esses, sim, não se desapartam dos animais, cuidam dos seus cavalos, cuidam dos seus rebanhos como manda o figurino. E vou além, acho até que os vaqueiros gostam mais de animais do que muitos que se dizem protetores dos animais.

Ouvi falar também de que já existe a pretensão por parte de um determinado parlamentar de acabar com o confinamento dos bois, com o confinamento dos porcos, com as granjas, porque agora ele compreende que tudo são maus-tratos aos animais.

Mas eu quero dividir esse discurso em duas partes. E, eu gostaria de convidar a todos aqueles que acham que na vaquejada, deputado Zó, maltratam os animais, para que fossem ver os cuidados que têm os vaqueiros com os cavalos. Os bois que são emprestados para a vaquejada custam em média R\$2 mil cada um. Ora, seria quase impossível imaginar que um proprietário de uma boiada iria colocar em risco os seus próprios animais.

Foi criada aqui nesta Casa uma lei de minha autoria que transforma a vaquejada em patrimônio cultural imaterial do Estado da Bahia. Nós aprovamos esse projeto em tempo record. Demos entrada neste projeto e, em 15 dias, com toda a dispensa de formalidade ele foi votado nesta Casa por unanimidade. Nós não podemos aceitar que ninguém queira destruir a cultura da Bahia e do povo Nordestino.

E eu, deputados Zó, Leur Lomanto, Pablo Barrozo, Sandro Régis, Rosemberg, Hildécio, irei defender com todas as minhas forças entendendo que a nossa cultura deve ser preservada. E acho que devemos partir para Brasília para conversarmos com os deputados federais porque chegou a hora de transformarmos a vaquejada em esporte. Óbvio que se for preciso criar regras que aumentem ainda mais a proteção dos animais, vamos criá-las, mas colocar em risco a nossa cultura, isso não será possível, porque não faltarão apoios por parte de parlamentares, e, aqui, julgo que a maioria dos parlamentares que pertencem a esta Casa Legislativa é favorável à vaquejada, justamente porque no ano de 2014 votamos um projeto de lei que reconhece a vaquejada como patrimônio cultural – à unanimidade.

Então, Sr. Presidente, eu finalizo o meu pronunciamento dizendo ao deputado Marcell Moraes que se ele pensa que a vaquejada vai terminar, ele está redondamente

enganado. E ele só agora irá reconhecer a força da vaquejada, porque as movimentações em todo o País, principalmente no Nordeste, tendem a aumentar. Eu, particularmente, tenho recebido mensagens de todo o povo nordestino pedindo que continue esta luta em defesa da vaquejada. E o que eu posso garantir, Sr. Presidente, é que continuarei a defender a vaquejada, porque o deputado Adolfo Viana não vai abrir mão da nossa cultura. Tenho certeza de que contarei com o apoio da maioria dos baianos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k., deputado Adolfo Viana Neto.

Com a palavra o deputado Zó, último orador inscrito.

O Sr. ZÓ:- Sr. Presidente, quando eu imaginei vir a esta tribuna, seria para tratar de 2 temas; um, a eleição, em que, felizmente, na região Norte da Bahia, o PCdoB e as forças ligadas ao governador Rui, ao governador Wagner e ao presidente Lula saíram vitoriosas, e eu, particularmente, posso dizer que o nosso trabalho como deputado surtiu efeito nas urnas. Também quero falar sobre a vaquejada, mas num contexto mais sociocultural e econômico, não somente sob esse viés dos maus-tratos de animais, porque senão vamos ter que discutir os rodeios e uma série de outras coisas neste País.

Quero me debruçar sobre um assunto que é muito mais preocupante neste momento do que a vaquejada, que continua liberada, do que o resultado da eleição. Juazeiro da Bahia, meu caro presidente Carlos Geilson, cidade que o acolhe eleitoralmente também, que acolhe muita gente, demorou muito para ter uma das coisas mais importantes deste Estado, que é a universidade. Pois bem, na Constituição Estadual de 88 está determinado que iria se criar a Universidade Estadual do São Francisco, a Universidade do Norte da Bahia. Isso ficou só na Constituição. Era para ser instalada em 5 anos e não foi instalada. Ninguém atentou para isso. Quando vereador, em 2005, fui discutir o assunto, mas já havia perdido o foco, porque, graças ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, se instalou a Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Depois de 12 anos de instalada essa universidade – podem ver as matérias dos blogs, da imprensa da região, vocês vão ver a surpresa –, os estudantes fizeram barricada, hoje. Quero dizer que entre esses estudantes está a minha filha, que tem o privilégio de cursar uma universidade federal em Petrolina, porque parte do curso é em Petrolina, outra parte é em Juazeiro, e tem curso também no Piauí, em São Raimundo Nonato. Eu disse a minha filha que fosse à luta e não deixasse seus colegas sozinhos. Essa é uma conquista importante, e estamos correndo o risco de perder, devido aos cortes que o governo golpista está fazendo na nossa região e nas nossas universidades.

A universidade só tem recursos até o meio do ano de 2017, o orçamento foi contingenciado, e corre-se mais risco ainda se a PEC 241, a PEC da distorção, a PEC

de acabar com a educação e a saúde neste País, for aprovada pelo Congresso Nacional. Da forma como está sendo, diz-se que é para conter despesa. É para conter despesa em educação e saúde. Fiz minha manifestação na região em relação aos estudantes para dizer a eles que só a luta vai garantir o funcionamento das universidades. E correm risco as universidades, e correm risco os ricos.

Então, esta discussão tem de ser trazida por quê? Porque o governo federal que aí está já disse com quem ele tem compromisso. Ele tem compromisso com os grandes, os banqueiros, os grandes veículos de comunicação, mas não tem compromisso com a educação deste País. E aí quero dizer, meu presidente, a todos os deputados aqui presentes que a Universidade Federal do Vale do São Francisco não foi uma luta só do PCdoB nem do PT. Nela estavam deputados como Daniel Almeida, Alice Portugal, o atual secretário da Educação e senador, Pinheiro, e diversos outros parlamentares. Para ser justo, também o deputado federal Jorge Khoury, à época do DEM, e um de Pernambuco, Osvaldo Coelho.

Enfim, diversos deputados de Pernambuco e da Bahia estavam nessa luta. Porém ela está sendo destruída por um presidente irresponsável, que não tem compromisso com a educação no Brasil, porque na Bahia demorou a ter universidades, Lula criou, mas Temer quer fechar. Aí está visto quem é que tem compromisso com este País!

A Univasf corre riscos! E quero deixar esse fato registrado nos Anais desta Casa porque eu já sabia que isso ia acontecer. Já previa, porque já tivemos exemplo deste governo, de um governo com essa feição, do que ele fez com a educação. Mas boa parte da população se iludiu, bateu panelas. E agora o que é que nós vamos fazer?! Os estudantes estão lá acampados, porque estudante foi feito para resistir, e o povo brasileiro tem de resistir para botar esse golpista pra fora antes que ele afunde este País de vez!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Não havendo mais nenhum orador inscrito, a sessão está encerrada.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.